

# O tempo e o espaço das “manifestações literárias”

---

Anco Márcio Tenório Vieira <sup>1</sup>

**Resumo:** Este ensaio defende que no Brasil Colônia, o Estado, a política, a cultura, a economia, a sociedade e a religião eram extensões de Portugal. Logo, por que a literatura que se escrevia na Colônia também não seria? Considerando como verdadeiro esses ponto de vista, essas “manifestações literárias” não perderiam a sua condição de “manifestações literárias” e passariam a existir historicamente, no tempo e no espaço?

**Palavras-chave:** Antonio Candido. Afrânio Coutinho. Sistema Literário. Manifestações Literárias.

**Abstract:** This essay argues that in Brazil Cologne, the state, politics, culture, economics, society and Religion were extensions of Portugal. So, why would the literature that you write in the colony, too? Considering how true these point of view, these "literary manifestations" would not lose their condition of "literary manifestations" and would exist historically, in time and space?

**Keywords:** Antonio Candido. Afrânio Coutinho. Literary system. "Literary manifestations".

**Resumen:** Este ensayo argumenta que en Brasil Colonia, el estado, la política, la cultura, la economía, la sociedad y la religión eran extensiones de Portugal. Entonces, ¿por qué la literatura que escribes en la Colonia también? ¿Considerando cuán cierto es este punto de vista, estas "manifestaciones literarias" no perderían su condición de "manifestaciones literarias" y existirían históricamente, en el tiempo y en el espacio?

**Palabras-clave:** Antonio Candido. Afrânio Coutinho. Sistema literário. "Manifestaciones literarias".

Estranhamente, ao tempo em que os brasileiros foram, ao longo do século XIX, resgatando, publicando e considerando como literatura

---

<sup>1</sup> Doutor em Literatura Brasileira (2002) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é membro do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).



brasileira as primeiras produções literárias escritas sobre o Brasil, para o Brasil e no Brasil, eles também passaram a excluir, ou desconsiderar, a literatura lusitana como formadora ou mesmo como parte desse incipiente sistema literário. Digo estranhamente, pois se a inteligência brasileira nunca deixou de acatar os valores culturais, estéticos, religiosos, políticos, econômicos e sociais portugueses como valores fundantes para a constituição cultural, estética, religiosa, política, econômica e social do Brasil, uma parte significativa dessa mesma inteligência, no que diz respeito à produção literária, passou a defender que tudo o que foi escrito para o Brasil, no Brasil e sobre o Brasil sempre ficou imune à influência portuguesa.

Esse estranho fenômeno de imunização e, por decorrência, de precoce autonomia literária é, desde o século XIX, defendido por uma parte significativa da crítica e da historiografia literária brasileira. A diferença, no caso, entre a historiografia oitocentista e a novecentista reside antes nos procedimentos teórico-metodológicos empregados do que em um modo diverso de conceber a história literária. Afinal, ambas as historiografias se firmam em uma visão teleológica da história, perseguem um “contínuo evolutivo” e, por extensão, pensam a história da literatura como “unidades sucessivas e irreversíveis” de “épocas, períodos e estilos artísticos” (HANSEN, 2006, p. 14). Assim, sem romperem com a concepção kantiana de uma história literária que se orienta no sentido de “evolução, consciência e progresso” (HANSEN, 2006, p. 14), cultivou-se, a partir da segunda metade do século XIX, uma historiografia positivista, calçada em um evolucionismo biológico (Herbert Spencer) e em uma “sociologia determinista” (Hippolyte Taine), que abordava os textos pelas perspectivas dos estudos do clima,

das raças e do meio. Essa historiografia cientificista só começou a ser superada a partir da década de 1940, quando os estudos literários passaram a acatar as novas orientações teóricas e os novos pressupostos críticos que foram se forjando nos Estados Unidos e na Europa desde o advento do Formalismo Russo (1910-1930).

Porém, se, no século XX, boa parte dos críticos e dos historiadores da literatura abandonam a “sociologia determinista” e passam a acatar as novas teorias literárias, eles, por sua vez, continuaram a pensar a história da literatura brasileira por uma perspectiva evolucionista. Um evolucionismo, é verdade, não mais fundado nas leis do cientificismo biológico, mas na crença de que as sociedades e as suas manifestações artística se desenvolvem das formas mais simples às formas mais complexas, das formas inferiores às formas superiores, das “manifestações literárias” à literatura nativista, da literatura nativista à literatura nacional.

Introdutor, nos Anos 40, da teoria literária no Brasil, particularmente do *New Criticism*, Afrânio Coutinho (1987, p. 24) defende uma “crítica poética” voltada para a estrutura da obra e avessa tanto ao evolucionismo biológico e às abordagens de “orientação sociológica determinista” quanto à crítica impressionista, praticada à larga nos jornais pela chamada crítica de rodapé. Para Coutinho, “a crítica é, acima de tudo, crítica poética, no sentido aristotélico, e a história só vale na medida em que é um auxiliar na compreensão da obra, um meio e não um fim, e um meio útil às vezes, por vezes perturbador, e nem sempre indispensável. (COUTINHO, 1987 [1953], p. 24). No entanto, nem sempre o que Coutinho defendeu como o ideal da crítica em seus livros e artigos de jornal irá se coadunar com a sua prática de

historiador da literatura. Não raras vezes, em sua abordagem literária, o meio é a “crítica poética”; o fim, a história, o contexto sócio-político, os dados biográficos do autor. É o que podemos observar em *Conceito de literatura brasileira*, publicado em 1960. Nessa obra, ele busca definir o que seja uma literatura brasileira ao tempo em que também refuta os fundamentos teórico-metodológicos que calçam a *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, publicada no ano anterior.

Nesse livro, Candido (1981, p. 23) estuda “[...] a formação da literatura brasileira como síntese de tendências universalistas e particularistas”, distinguindo as “manifestações literárias” dos séculos XVI, XVII e XVIII daquilo que ele vai chamar de “*literatura* propriamente dita”. No caso, “[...] um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes de uma fase”. Além desse “sistema de obras ligadas por denominadores comuns” — a exemplo da língua e de certos temas e imagens (as chamadas “características internas” das obras) — Candido nota que são também “denominadores comuns” “[...] certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização”. Como “aspecto orgânico da civilização”, os “denominadores comuns” seguem, segundo Candido, um modelo triádico: a *produção* — “[...] conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel [...]” —; a *recepção* — “[...] conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive [...]” —; e, por último, a *transmissão* — “[...] mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros”

(CANDIDO, 1981, P. 23). É a conjunção desses três elementos que vai constituir

[...] um tipo de comunicação inter-humana — a literatura — que aparece, sob este ângulo, como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contacto entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade (CANDIDO 1981, p. 23).

Só desse modo temos “[...] a formação da continuidade literária — espécie de transmissão da tocha entre corredores, que assegura no tempo o movimento conjunto, definindo os lineamentos de um todo” (CANDIDO 1981, p. 23). Essa “transmissão da tocha” firma uma tradição, que se plasma pela transmissão de um conjunto de ideias pensadas (“uma linguagem, traduzida em estilo”) por determinados homens (os escritores) para outros homens (leitores, ou futuros escritores). A ausência dessa tradição impede a existência de uma literatura: seja enquanto “[...] fenômeno de civilização [...]”, seja enquanto “[...] sistema de obras ligadas por denominadores comuns [...]” (CANDIDO 1981, p. 23-24).

Dentro dessa visada histórica e crítica que busca urdir os critérios sociológicos e estéticos, Candido (1981, p. 25) vai defender que essa tradição (a “transmissão da tocha”) e, por decorrência, a formação da literatura brasileira e do seu sistema literário, só começa a se firmar no Brasil por volta de 1750 com a Academia Brasílica dos Renascidos (Bahia, 1759-60), a Academia dos Seletos (Rio de Janeiro, 1752-54) e com os primeiros poemas de Cláudio Manuel da Costa. Antes, o que se registra no Brasil são, segundo ele, “manifestações literárias”, a exemplo do teatro e dos versos do padre José de Anchieta, da Academia Brasílica dos

Esquecidos (Bahia, 1724-25), da Academia dos Felizes (Rio de Janeiro, 1736-1740), da obra do padre Antônio Vieira e dos poemas de Gregório de Matos e Guerra. Este, para Candido (1981, p. 24), embora

“[...] tenha permanecido na tradição local da Bahia, não existiu literariamente (em perspectiva histórica) até o Romantismo, quando foi redescoberto [...]. Antes disso, não influenciou, não contribuiu para formar o nosso sistema literário, e tão obscuro permaneceu sob os seus manuscritos, que [Diogo] Barbosa Machado, o minucioso erudito da *Biblioteca Lusitana* (1741-1758), ignora-o completamente, embora registre quanto João de Brito e Lima pôde alcançar”.

Essa é, em linhas gerais, a tese central que sedimenta o estudo de Candido e, em contrapartida, o objeto de refutação de Coutinho (1981, p. 13). Em sua crítica à *Formação da literatura brasileira*, Coutinho, para resguardar o seu “conceito de literatura brasileira”, abandona os pressupostos do *New Criticism* e lança mão da tese de “obnubilação brasílica”, que fora pensada e defendida por Araripe Júnior em 1886. Nessa tese, que hoje nos soa antes fundada em critérios metafísicos do que científicos, Araripe defende que da tríade naturalista do determinismo de Hippolyte Taine — “raça”, “meio” e “momento” — é o meio físico, e não a raça (como apregoava Sílvio Romero), que vai exercer nos portugueses aportados no Brasil quinhentista uma “[...] ação catalítica [...]”, uma [...] quimificação [na sua] psicose [...]” (ARARIPE, 1958 [1886], p. 494). Essa “Quimificação”, ou “obnubilação brasílica”, é tão grande, diz o crítico cearense,

[...] que chega a assombrar o observador, por sua obra de *neutralização temporária* de hábitos de raça, princípios de educação, ideias religiosas, de tudo, enfim, quanto pode constituir o pecúlio de um povo que envia aventureiros *através*

*de mares nunca dantes navegados* (ARARIPE, 1958 [1886], p. 494).

Tomando esse conceito de base determinista para tecer a sua crítica ao que Candido denomina de “manifestações literárias”, Coutinho, urdindo meio, raça e cultura, e entrando em contradição com a sua defesa de uma “crítica poética”, vai afirmar que

A literatura brasileira não começou no momento arcádico-romântico [como defende Candido]. Vem de antes, partiu do instante em que o primeiro homem europeu aqui pôs o pé, aqui se instalou, iniciando uma nova realidade histórica, criando novas vivências, *que traduziu em cantos e contos populares, germinando uma nova literatura*. Naquele instante, criou-se um homem novo, ‘obnubilando’, como queria Araripe Júnior, o homem antigo, o europeu. Foi o homem brasileiro (COUTINHO, 1981, p. 38) (grifo nosso).

Mas apesar de defender que esse “homem novo” germinou “uma nova literatura” nos trópicos (logo, as primeiras produções literárias escritas sobre o Brasil, para o Brasil e no Brasil já seriam brasileiras!), Coutinho (1987, p. 37) parece lamentar que “talvez por uma questão de temperamento racial [e aqui parece que ele também acende uma vela para Silvio Romero] não tenhamos as qualidades intelectuais e psicológicas para nos dedicar à produção de grandes obras”. Enfeixando raça e cultura, tal como fizera a crítica cientificista dos oitocentos, Coutinho passa à margem da moderna antropologia cultural (leia-se, Franz Boas, nos Estados Unidos, e Gilberto Freyre, no Brasil) que tomava raça e cultura como instâncias distintas. Perseguindo o conceito de “obnubilção” e dando-lhe uma visada evolucionista, Coutinho (1981, p. 42) afirma que o processo de formação da literatura brasileira se deu no Barroco; com o arcadismo-romantismo, firmou-se a sua autonomia e

com o modernismo, a sua maioria. Em cada uma dessas etapas, os escritores fizeram uso — ou “obnubilaram” — a língua legada pelo colonizador. Para ele, “a existência de um mesmo idioma, embora sejam cada vez mais radicais e crescentes as divergências entre os falares português e brasileiro, não impediu a diversificação literária, desde cedo, entre Brasil e Portugal” (COUTINHO, 1981, p. 11). Mesmo reconhecendo que não existe “[...] nenhuma violentação à estrutura tradicional no português que no Brasil se fala e escreve”, Coutinho (1981, p. 11) afirma que ao se confrontar as obras dos escritores brasileiro e portugueses modernos se percebe de imediato o “[...] *torneio de frase*, revelador de tendências expressionais peculiares, de acordo com uma sensibilidade e psicologia desenvolvida no curso dos embates da história através da formação de uma nova civilização” (grifo nosso). Civilização essa que até então (e estamos falando do ano de 1960) não tinha, segundo ele próprio, produzido “grandes obras”.

Mas em que momento se assinala os inícios desse “torneio de frase” (termo esse, “torneio de frase”, tão impreciso, fugidio e metafísico quanto a própria tese de “obnubilação”)? A resposta não é fácil, mas Coutinho evoca Gregório de Matos e defende que a sua poesia, diversa da poesia portuguesa, encerrava “[...] a linguagem da civilização crioula, mestiça, que aqui se plasmava” (COUTINHO, 1981, p. 41). Misturando linguagem com aquilo que Machado de Assis (1955, p. 144, v. 29) chamava de “nacionalidade de vocabulário”, o exemplo, no mínimo, era controverso, pois, como sabemos, os empréstimos linguísticos das línguas africanas e indígenas nos mais de 700 poemas atribuídos a Gregório de Matos se resumem a apenas 65 vocábulos tupis e 20 palavras do léxico africano (Cf. SPINA, 1995, p. 46-47). Mas o seu principal exemplo não é Gregório,



e sim os romancistas do século XX: José Lins do Rego, Jorge Amado e Rachel de Queiroz. Exemplos não menos controversos, pois a sintaxe e o “torneio de frase” não se encontram apenas quando comparamos as obras dos escritores brasileiros com as dos escritores portugueses da mesma geração, mas entre os próprios escritores brasileiros da sua geração. Afinal, do ponto de vista estilístico, a prosa de Raquel de Queiroz é tão distinta da de Jorge Amado quanto é da de José Lins do Rego.

## II

O que colhemos até agora? De um lado, Antonio Candido, que a partir de uma leitura materialista, dialética, evolucionista e diacrônica (considerando texto e contexto, o interno e o externo), toma a literatura nacional como sistema, estrutura e forma orgânica; de outro, Afrânio Coutinho, que calçado no historicismo determinista, no evolucionismo e no conceito de “obnubilação”, aborda a literatura brasileira a partir de uma perspectiva idealista e diacrônica. No entanto, apesar das abordagens diversas para o mesmo fenômeno (o processo evolucionista de formação, desenvolvimento e autonomia da literatura brasileira), especificamente se as obras escritas no Brasil Colônia seriam ou não “manifestações literárias”, Candido e Coutinho continuam, cada um ao seu modo, a pensar a literatura dentro do roteiro que foi delineado pela historiografia literária oitocentista. No caso, dentro de uma visada teleológica e linear, de um contínuo evolutivo formado por unidades sucessivas e irreversíveis de épocas, períodos e estilos artísticos e, principalmente, buscando sempre definir o brasileiro e a sua cultura a

partir dos conceitos de alteridade literária (os procedimentos formais) e linguística (o português brasileiro versus o português de Portugal). Tudo isso urdido pelas concepções e construções de Identidades Nacional e Cultural.

Porém, no meio desse impasse teórico-metodológico, uma questão central em *Formação da literatura brasileira* continua sendo o ponto de cizânia entre as interpretações de Coutinho e de Candido sobre a literatura produzida no Brasil Colônia. Vejamos: para Candido, não interessava se as obras produzidas nos três primeiros séculos da colonização brasileira são frutos de um homem “obnubilado”, ou mesmo se elas encerravam “torneios de frases” distintos dos textos que se escreviam na Metrópole, e sim se existia “um sistema de obras ligadas por denominadores comuns”. Dentro dessa concepção, uma literatura nacional não se forma por um processo de “obnubilação” dos seus escritores, mas a partir da dialética entre texto e contexto, já que é por meio das regras das composições que vão se constituindo as “formas literárias” que permitem que uma dada literatura se delineie autonomamente nacional. Logo (e essa é a pergunta que Coutinho não respondeu), onde encontrar esses “denominadores comuns” nessas obras produzidas na Colônia para que possamos chamá-las de brasileiras?

Se o núcleo duro da teoria de Candido — “sistema literário” versus “manifestações literárias” — não foi verticalizado por Coutinho, nem por isso podemos relevar outras questões que as suas obras continuam suscitando e que precisam ser problematizadas. Primeiro: falar de “manifestações literárias”, como defende Candido, não é só falar da ausência da “formação da continuidade literária — espécie de transmissão da tocha entre corredores, que assegura no tempo o

movimento conjunto, definindo os lineamentos de um todo” (CANDIDO 1981, p. 24) —, mas é também dizer que escritores que escreveram e publicaram (em livros ou em manuscritos) obras literárias durante os três primeiros séculos da colonização brasileira habitaram, no tempo e no espaço, uma espécie de limbo, um lugar que não se inscrevia em nenhum dos “estamentos” da reflexão artística e intelectual do seu tempo: seja no Brasil ou em Portugal, seja no mundo Ocidental ou ocidentalizado. Segundo: não acatar essa tese e defender que as obras escritas nesses três séculos já constituíam uma literatura brasileira, como defende Coutinho, é projetar no passado um conceito de literatura (literatura nacional) que só foi pensado e concebido com o romantismo; ou seja, é tentar subsumir os princípios artísticos e estéticos do neoclassicismo e do *ornato dialético*, o que hoje denominamos de estética barroca (HANSEN, 2006, p. 26), às teses e aos conceitos de nacionalidade, nacionalismo, identidades nacional e cultural.

Ora, se partimos do pressuposto que o Brasil Colônia não era um limbo cultural, político, religioso e social dentro do mundo Ocidental e, em particular, dentro do sistema cultural, político, religioso e social português, e, por outro lado, que os conceitos de nacionalidade, nacionalismo, identidades nacional e cultural, tal como foram entendidos e forjados a partir do século XIX, não podem ser aplicados às escolas literárias Ocidental ou ocidentalizadas que foram cultivadas entre os séculos XV e XVIII, a superação desse impasse, que, frise-se, é antes ideológico-político do que estético-literário, só se dá se tomarmos esses escritores que viviam no Brasil Colônia e suas respectivas obras (publicadas ou não) e as inscrevermos em seu tempo e espaço. No caso, o tempo e o espaço dos valores estéticos, culturais, religiosos, políticos,

filosóficos e sociais predominantes no mundo Ocidental e ocidentalizado; em particular, em Portugal. Esse mesmo Portugal que se faz, nesses três primeiros séculos de colonização, o grande ausente nos estudos de Coutinho e um quase ausente nos de Candido. Em Coutinho, porque todo português (ou qualquer outro que aqui tenha aportado: seja ele europeu, seja ele africano) foi “obnubilado” e, como em um passe de mágica, tornou-se brasileiro. No sentido inverso, Candido afirma que a literatura brasileira, que começou a se formar a partir de 1750, “é galho secundário da portuguesa, por sua vez, arbusto de segunda ordem no jardim das Musas” (CANDIDO, 1981, p. 9). No entanto — e este é um ponto a se frisar — a presença desse arbusto português é completamente desconsiderada por Candido antes de 1750, mesmo sendo Portugal o galho principal nesse “jardim das Musas”.

Assim, invertendo as lentes e pegando o gancho dado por Candido de que foi a partir de 1750 que teve início, no Brasil, a formação da sua literatura que, por sua vez, era “galho secundário da portuguesa”, podemos indagar: o quê se fez antes de 1750 — no caso, as denominadas “manifestações literárias” — eram apenas e somente “manifestações literárias” perdidas em uma terra amorfa, deslocada no tempo e no espaço, como se limbo fossem, ou essas obras eram também extensões dos galhos portugueses, assim como o Estado, a política, a cultura, a economia, a sociedade e a religião praticadas na Colônia eram extensões de Portugal no além-mar? Em outras palavras: se, no Brasil Colônia, o Estado, a política, a cultura, a economia, a sociedade e a religião eram extensões dos galhos portugueses, por que a literatura que se escrevia também não seria? Considerando como verdadeira essa premissa, essas “manifestações literárias” perderiam a sua condição de “manifestações

literárias” e passariam a existir historicamente, no tempo e no espaço, como um “[...] um *sistema* de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes de uma fase” (CANDIDO 1981, p. 23), a exemplo da língua, dos temas e das imagens que, como sabemos, estavam, no caso, calçados nos valores estéticos, nas formas e na matéria fabulatória da poética clássica. Ou seja, as “notas dominantes” aqui na Colônia eram as mesmas “notas dominantes” vigentes na literatura portuguesa dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Só quando desprovincianizamos a Colônia e a inserimos em seu tempo e espaço é que podemos perceber que aquilo que se escreveu no Brasil Colônia não foram “manifestações literárias”, mas obras que se inscrevem nos mesmos valores estéticos — regulados pela “retórica dos preceitos artísticos e das formas” — e na mesma “orientação metafísica, religiosa e providencialista do sentido da história” (HANSEN, 2006, p. 19) vigentes no mundo Ocidental e, particularmente, no mundo luso. Mais: se os poetas mineiros da segunda metade dos setecentos abandonam o *ornato dialético* e passam a cultivar a escola *árcade*, enquanto que nesse mesmo período os poetas alemães e ingleses já começavam a construir os alicerces da estética romântica, não foi por uma falta de sincronia dos nossos poetas com o que se começava a fazer na Europa, mas sim porque o sistema literário português, o sistema em que eles se inscreviam, ainda era *árcade*.

No entanto, a organicidade desse sistema literário não residia apenas nas “notas dominantes” cultivadas em Portugal e nos seus galhos do além-mar, passava também pelas publicações das obras escritas no Brasil. Como os livros só podiam ser impressos na Metrópole e a sua circulação era, em geral, proibida na Colônia, o escritor lançava mão da

manuscritura. É o que ocorreu com a poesia de Gregório de Matos, que circulou tanto em forma manuscrita quanto oralmente. Não raras vezes, os versos circulavam inicialmente de boca em boca (o que, diga-se de passagem, era uma prática mais corrente do que imaginamos. Basta lembrar que ainda hoje a poesia oral continua viva no interior do Brasil, como são exemplos os cantadores e as mesas de glosas) e só posteriormente eram recolhidos em manuscritos. Ou vice-versa: circulavam inicialmente em manuscritos e depois circulavam oralmente. Esses textos tinham dois destinos: ou eram ajuntados em códice e depositados em alguma biblioteca conventual, ou enviados para a Metrópole e publicados em livro. Foi o caso da *Prosopopeia*, de Bento Teixeira. Escrita em Pernambuco, publicada em Portugal em 1601, a *Prosopopeia* teve uma edição de quase um milheiro. Em uma época em que as edições não ultrapassavam 300 exemplares, o livro de Bento Teixeira foi um verdadeiro best-seller no mundo editorial português. No entanto, nunca circulou um único exemplar dessa obra na Colônia (ver MELLO, 1969, p. VII-XI). Outro exemplo é o citado poeta João de Brito e Lima. Ele não só publicou a sua obra poética em Lisboa, como foi lido e apreciado de maneira elogiosa e, diga-se de passagem, com certo destaque na *Biblioteca Lusitana*, do abade Diogo Barbosa Machado (1747, p. 616-617). Por fim, o exemplo mais controverso de Candido de “manifestação literária”: o padre Antônio Vieira. Apesar de ter mantido um trânsito entre Brasil e Portugal, Vieira não apenas exerceu influência junto aos reis portugueses, aos Jesuítas e à Cúria Romana (chegou a ser convidado para ser confessor do papa), como teve as suas obras publicadas, traduzidas e lidas em quase todos os grandes centros intelectuais da Europa. Ao longo dos séculos XVII e XIX os seus *Sermões*

conheceram várias edições não só em Portugal, mas também em Madrid, Barcelona, Saragoça, Roma (1699), Veneza (1690; 1697),<sup>19</sup> Nápoles (1688), Colônia (1692; 1708; 1727) e Áustria (ver ALVES, 1951, p. XIV-XV). Ante essa realidade, como dar à obra de Vieira a chancela de “manifestação literária”? Apesar de ser um dos intelectuais mais respeitados e lidos nos seiscentos, setecentos e oitocentos, Vieira não teria existido enquanto perspectiva histórica, como quer Candido? Como podemos acatar tal premissa, se a sua obra, ao lado da de Camões, foi o centro do sistema literário luso ao longo dos séculos XVII e XVIII? Tais teses só se sustentam se aceitarmos que dentro do seu modelo triádico, Antônio Vieira, Bento Teixeira e João de Brito e Lima participavam apenas do polo produtor, mas estavam excluídos dos demais polos: *recepção* e *transmissão*. O que, como sabemos, não foi o que ocorreu.

O fato é que mesmo morando na Colônia, Bento Teixeira, assim como o padre Antônio Vieira e João de Brito Lima, se sentiam tão lusitanos e tão parte da sua vida intelectual como qualquer um dos seus contemporâneos portugueses. O mesmo sentimento que vamos encontrar nos escritores portugueses Diogo do Couto, Bento de Góes, António de Andrade e Fernão Álvares do Oriente. Apesar de escreverem sobre as terras viciosas que o império português vinha dilatando em África e Ásia, todos eles tinham consciência de que eram partes integrantes de um dado sistema intelectual — o português — e que era nesse dado sistema que os seus livros deviam ser impressos (como foram) e, principalmente, lidos (como terminaram por ser). Periféricos, sim, é

---

<sup>19</sup> Segundo o padre Gonçalo Alves, exemplares dos *Sermões* de Vieira foram publicados em Roma entre 1663 e 1699 e, em Veneza, saiu uma edição em 1673. Como o 1º volume dos *Sermões* só saiu em Portugal 1679, Alves não explica como as traduções para o italiano saíram antes da edição em português.

verdade, mas do mesmo modo que na nossa contemporaneidade um escritor fora do eixo Rio-São Paulo, mesmo publicando por editoras sediadas nessas duas capitais, pode se sentir á margem em relação aos que vivem nesses centros econômicos e culturais, mas, no entanto, não menos ciente de que a sua obra é tão brasileira e tão parte desse sistema literário quanto os textos dos cariocas e paulistas que escrevem e publicam nessas duas cidades.

Porém, diverso de Coutinho, Candido ainda parece reconhecer certo elo entre os escritores residentes no Brasil e os escritores da metrópole, quando, em sua *Formação*, assinala que sendo a literatura brasileira um ramo da portuguesa (mesmo que secundário, como vimos), o seu estudo

[...] se volta para o início de uma literatura propriamente dita, como fenômeno de civilização, não algo necessariamente diverso da portuguesa. Elas se unem tão intimamente, em todo caso, até meados do século XIX, que utilizo em mais de um passo, para indicar este fato, a expressão ‘literatura comum’ (brasileira e portuguesa) (CANDIDO, 1981, p. 28).

Ao transigir com a sua ideia de “sistema literário”, Candido admite, ou parece admitir, uma literatura brasileira convivendo, ou mesmo se urdindo, com uma literatura portuguesa. E aqui estamos, creio, diante de um contraditório. Afinal, admitir a ideia de uma “literatura comum” é, por sua vez, negar que as obras escritas e publicadas pelos escritores que habitavam o Brasil Colônia foram apenas e somente “manifestações literárias”. Do contrário, tomando-as como “manifestações literárias”, teríamos que acatar a sua perspectiva de que essas obras não seriam “literatura propriamente dita” — literatura “como fenômeno de civilização”, entenda-se. Desse modo, a “literatura” que se praticava na



Colônia não pode ser tomada como “comum” com a portuguesa. Afinal, se a literatura portuguesa era, enquanto “fenômeno de civilização”, “literatura propriamente dita”, o que a leva a ser “comum” com uma literatura que inexistia enquanto “fenômeno de civilização”? Por outro lado, se se admite a existência de uma literatura brasileira na Colônia, então a sua formação tem início muito antes de 1750; se tem início antes de 1750, como esquecer que o conceito de literatura nacional implica a existência do Estado-Nação e, por desdobramento, dos conceitos de Identidades Nacional e Cultural! Se essa Identidade inexistia numa região que desconhecia a si mesma (o Brasil, sabemos, era formado de ilhas populacionais isoladas, que mantinham relações antes com a Metrópole do que entre si), como falar então de tal conceito?

Assim, parece-nos que a afirmativa de Guilherme Simões Gomes Júnior (1998, p. 156), de que se há uma *literatura comum*, “[...] pressupõe-se um mesmo e único ‘sistema’ letrado que, certamente, a despeito de envolver Brasil e Portugal, não é brasileiro e nem mesmo português e está baseado em princípios razoavelmente distintos do modelo estabelecido por Antonio Candido logo no primeiro segmento do livro”, não pode ser acatada em sua inteireza. Afinal, não há “literatura comum” na colônia porque não há duas literaturas distintas, que se complementam; o que há, sim, é única e somente uma só literatura que, no caso, é, ao seu tempo, enquanto “fenômeno de civilização”, a portuguesa. O que faz, desse modo, com que essas ditas “manifestações literárias” não possam ser tomadas como “manifestações literárias”, mas sim como obras literárias “propriamente ditas” (literatura “como fenômeno de civilização”, inscritas na estética literária, nos valores morais, políticos, religiosos e filosóficos do seu tempo) que pertenciam e

enriqueciam um certo sistema literário que, no caso, era o português. Assim, indiferentemente de como essas obras circulavam (oralmente, em manuscrito ou em formato de livro) ou de qual era o seu público-leitor, o fato é que elas — seja no aquém ou no além-mar — encerravam “a regulação retórica dos preceitos artísticos e das formas, além da interpretação teológico-política da sua significação e do seu sentido” (HANSEN, 2006, p. 19). Desse modo, mesmo circulando em manuscrito ou oralmente, a obra de Gregório de Matos contribuiu, direta ou indiretamente, para o sistema literário em que ele estava inscrito. No caso, o português.

### III

Luiz Costa Lima (2015, p. XII) já observou que um dos nós da reflexão crítica e da historiografia literária de Antonio Candido reside no fato de que ao tentar “aglutinar os critérios sociológicos e estéticos” à sua análise e interpretação da literatura, isto é, ao buscar ir além das oposições entre texto/contexto, interno/externo, suas abordagens terminaram sendo prejudicadas “pelo papel reservado à *identidade nacional*”. Na verdade, a observação de Costa Lima se aplica não só a Candido, mas a quase toda a nossa historiografia literária e parte significativa da nossa crítica literária. Ambas (historiografia e crítica) pagaram e continuam a pagar os seus contributos à *identidade nacional*, ao destino da nossa nacionalidade. Ao procedermos dessa forma, subordinamos os princípios estéticos-literários aos critérios políticos e, por extensão, à territorialidade e à integração do Estado-Nação, às *identidades nacional e cultural*. O resultado, é que ou nos

encaminhamos para o apagamento completo da presença portuguesa na literatura que se escreveu nos primeiros três séculos de colonização lusa, como fizera Afrânio Coutinho, ou consideramos que tudo que se fez nesse período são “manifestações” deslocadas no tempo e no espaço, como quer Candido; nada obstante essas “manifestações” terem sido publicadas e lidas em Portugal.

O fato é que a literatura produzida na América Portuguesa é a nossa esfinge fantasmagórica, que nos espreita com olhos fixos e medonhos, e nos desafia a pensar a literatura não como uma prisioneira deste ou daquele sistema nacional, mas como um fenômeno que se inscreve em um dado sistema literário ao tempo em que é perpassado por vários outros sistemas literários. Afinal, como achar que um dado sistema nacional se encerra em um modelo triádico que se perfaz na *produção*, na *recepção* e na *transmissão*? Como ficariam as obras produzidas em outros sistemas literários e lidas — no original ou em traduções — no Brasil? Que papel exerce a crítica como intermediadora entre o autor, a obra e o leitor? Resumindo: dá ainda para pensar a formação da nossa literatura desconsiderando que os nossos escritores, enquanto homens situados no tempo e no espaço, liam tanto os contemporâneos — os nacionais e os estrangeiros — quanto os clássicos da sua língua e da literatura ocidental? Ou ainda podemos continuar acatando que entre a Metrópole e a América Portuguesa as tradições culturais, religiosas, sociais e políticas mostravam homogeneidade, menos no que diz respeito à literatura?

## Referências

- ALVES, P. G. Duas palavras de apresentação. In: VIEIRA, P. A. **Sermões**. Porto: Lello & Irmão; Lisboa: Aillaud & Lellos, 1951, pp. v-xxxvi. 15 vols., v. 1.
- ARARIPE JÚNIOR, T. A. Literatura Brasileira. In: **OBRA crítica Araripe Júnior**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa, 1958, pp. 489-497. V. 1, pp. 1868-1887.
- ASSIS, M. 1955. Literatura Brasileira — instinto de nacionalidade. In: \_\_\_\_\_. **Crítica Literária**. São Paulo: W. M. Jackson, p. 129-149.
- CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira** (momentos decisivos). 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v. 1.
- COUTINHO, A. **Conceito de literatura brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- COUTINHO, A. **Correntes cruzadas** (questões de literatura). In: CRÍTICA e teoria literária. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1987. p. 19-182.
- COUTINHO, A. Crítica e poética. In: CRÍTICA e teoria literária. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1987. p. 381-519.
- GOMES JÚNIOR, G. S. **Palavra peregrina**: o Barroco e o pensamento sobre artes e letras no Brasil. São Paulo: Edusp; Fapesp; Educ, 1998.
- HANSEN, J. A. Letras coloniais e historiografia literária. **Matraga**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ano 13, n. 18, 2006, p. 13-44.
- LIMA, L. C. **Prefácio**: valorização e questionamento. São Paulo: Editora UNESP, 2015. p. IX-XIV.
- MAGNE, P. A. Explicação preambular. In: VIEIRA, P. A. **Sermões do Padre Antônio Vieira**. São Paulo: Anchieta, 1943, pp. V-XIV. 15 v, 1º v. Reprodução fac-similada da edição de 1679.
- MELLO, J. A. G. Prefácio. In: PILOTO, A. L.; TEYXEYRA, B. **Naufrágio e Prosopopeia**. Introdução, notas e glossário Fernando de Oliveira Mota. Recife: UFPE, 1969, p. VII-XI.

SPINA, S. Introdução. In:\_\_\_\_\_ **A poesia de Gregório de Matos**. Prefácio de Haroldo de Campos. São Paulo: Edusp, 1995, pp. 17-88.

**Recebido em 17/12/2017.**

**Aprovado em 18/12/2017.**